



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Pedagogo

Caderno de Prova, Cargo V21, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2007

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto abaixo:

Cuidado: o uso desse aparelho pode produzir violência

A revista **Science** publicou, em 2002, o relatório de uma pesquisa coordenada por Jeffrey Johnson, da Universidade de Colúmbia, em Nova York. O estudo mostra uma relação significativa entre o comportamento violento e o número de horas que um sujeito (adolescente ou jovem adulto) passa assistindo à TV.

Pela pesquisa de Johnson, os televisores deveriam ser comercializados com um aviso, como os maços de cigarros: cuidado, a exposição prolongada à tela desse aparelho pode produzir violência.

Estranho? Nem tanto. É bem provável que a fonte de muita violência moderna seja nossa insubordinação básica: ninguém quer ser ou continuar sendo quem é. Podemos proclamar nossa nostalgia de tempos mais resignados, mas duvido que queiramos ou possamos renunciar à divisão constante entre o que somos e o que gostaríamos de ser.

Para alimentar nossa insatisfação, inventamos a literatura e, mais tarde, o cinema. Mas a invenção mais astuciosa talvez tenha sido a televisão. Graças a ela, instalamos em nossas salas uma janela sobre o devaneio, que pode ser aberta a qualquer instante e sem esforço.

Pouco importa que fiquemos no **zapping** (*) ou que paremos para sonhar em ser policiais, gângsteres ou apenas nós mesmos (um pouco piores) no **Big brother**. A TV confirma uma idéia que está sempre conosco: existe outra dimensão, e nossas quatro paredes são uma jaula. A pesquisa de Johnson constata que, à força de olhar, podemos ficar a fim de sacudir as barras além do permitido. Faz sentido.

(*) **zapping** = uso contínuo do controle remoto.

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**)

1. Em relação à pesquisa coordenada por Jeffrey Johnson, o autor do texto manifesta
 - (A) sua inteira estranheza, uma vez que tem convicções diametralmente opostas às do pesquisador.
 - (B) sua inteira concordância, detalhando todos os elementos da pesquisa e colando-se à argumentação dela.
 - (C) o acolhimento da conclusão geral da pesquisa, mas não deixa de trilhar um caminho reflexivo pessoal sobre o fenômeno observado.
 - (D) sua parcial concordância, pois julga que o pesquisador se valeu de uma argumentação bastante estranha, nem sempre coerente.
 - (E) sua plena discordância, uma vez que não vê qualquer relação entre assistir à TV e as eventuais atitudes de violência do público televisivo.

2. Considere as afirmações abaixo.
 - I. Na pesquisa de Jeffrey Johnson, ficou claro que é um exagero estabelecer uma relação de causa e efeito entre a exposição prolongada a programas de TV e atitudes de violência.
 - II. De acordo com o autor do texto, a literatura e o cinema já estimulavam, antes do surgimento da TV, os mesmos níveis de violência social.
 - III. O autor do texto defende a idéia de que a mídia pode estimular ações de violência que são geradas por nossa insatisfação com nós mesmos.

É correto o que se afirma em

 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) III, apenas.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:
 - (A) *exposição prolongada* = exibição intermitente.
 - (B) *nostalgia de tempos mais resignados* = remorsos por antigas submissões.
 - (C) *uma janela sobre o devaneio* = uma refração da realidade.
 - (D) *renunciar à divisão constante* = recusar o freqüente desacordo íntimo.
 - (E) *sacudir as barras além do permitido* = ratificar os limites inaceitáveis.

4. Preserva-se plenamente a concordância verbal na frase:
 - (A) Caberia comercializar-se os televisores com uma advertência expressa sobre o perigo que representa as exposições contínuas à tela de uma TV.
 - (B) Boa parte dos atos de violência provém, de acordo com a pesquisa, do excesso de horas que dedica uma pessoa a assistir à TV.
 - (C) Seria da responsabilidade dos programas de TV certas incitações à violência, a se crer nas conclusões da pesquisa realizada.
 - (D) Todo aquele que, assistindo continuamente à TV, costumam valer-se dos recursos do **zapping**, abrem janelas sobre o devaneio.
 - (E) Não se atribua tão-somente à TV as atitudes de violência que se vem disseminando nos grandes centros urbanos.

5. Transpondo-se para voz passiva o segmento *Para alimentar nossa insatisfação*, a forma verbal resultante será
 - (A) seja alimentada.
 - (B) alimentemos.
 - (C) seria alimentada.
 - (D) tenha alimentado.
 - (E) fosse alimentado.

<p>6. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) A relação significativa <u>cuja</u> se demonstrou na pesquisa se dá entre o comportamento violento e a audiência à TV.</p> <p>(B) A insubordinação básica <u>em que</u> se refere o autor do texto derivaria da insatisfação dos nossos recalcados desejos.</p> <p>(C) A invenção moderna mais astuciosa, <u>de cujos</u> efeitos trata o autor do texto, teria sido não a do cinema, mas a da TV.</p> <p>(D) O hábito do zapping, <u>com cujo</u> nos acostumamos, é um dos responsáveis pela abertura rápida de janelas sobre o nosso devaneio.</p> <p>(E) A conclusão de que nossa sala é uma jaula, <u>com que</u> chegou o autor do texto, não deixa de ser bastante provocadora e radical.</p>	<p>10. Jeffrey Johnson realizou uma pesquisa, e o autor do texto, ao <u>comentar essa pesquisa</u>, <u>acrescentou a essa pesquisa</u> elementos de sua convicção pessoal, que <u>tornam essa pesquisa</u> ainda mais instigante aos olhos do público.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, segundo a ordem em que se apresentam, por</p> <p>(A) comentá-la - acrescentou-lhe - a tornam</p> <p>(B) a comentar - lhe acrescentou - lhe tornam</p> <p>(C) comentar-lhe - acrescentou-lhe - tornam-a</p> <p>(D) comentá-la - acrescentou-a - tornam-na</p> <p>(E) a comentar - acrescentou-lhe - tornam-lhe</p>
<p>7. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Sempre haverá quem discorde que a literatura fosse inventada de modo que assim a supríssemos com nossas insatisfações, ou vice-versa.</p> <p>(B) Quanto à nostalgia de tempos mais resignados, da qual poucos se insurgem, ela costuma freqüentemente ser proclamada.</p> <p>(C) É pela suspeita de haver uma nova dimensão, além da que vivemos, que se chega à conclusão de não precisarmos subordinarmos os devaneios.</p> <p>(D) Julga o autor do texto que nos insubordinamos contra as barras de nossa jaula quando nos alimentamos de devaneios propiciados pela TV.</p> <p>(E) Afirma-se no texto que faz sentido concluir-se de que a pesquisa de Johnson vai de encontro às teses confirmadas por este pesquisador.</p>	<p>11. Está inteiramente correta a articulação entre os tempos e modos verbais da frase:</p> <p>(A) A pesquisa de Johnson analisou um fenômeno que constituísse uma verdadeira obsessão que caracterize o homem moderno: o fascínio pela TV.</p> <p>(B) Caso fiquemos muito tempo no zapping, estaríamos demonstrando certa agitação íntima que caracterizasse nosso estado de insatisfação.</p> <p>(C) Sugere-se, nessa pesquisa, que o fato de nos aprisionarmos em nossa sala de TV fosse o responsável pela nossa predisposição a que cometêramos atos violentos.</p> <p>(D) Mesmo que não apresente grandes novidades em relação a pesquisas já realizadas, a de Johnson dá corpo à tese de que a exposição contínua à tela de TV torna-nos mais violentos.</p> <p>(E) Se de fato viéssemos a nos contentar com o que somos, as inúmeras janelas abertas pela TV não terão a mesma força de atração que as pesquisas demonstrassem.</p>
<p>8. <i>A pesquisa de Johnson constata que, <u>à força de olhar</u>, podemos ficar <u>a fim de sacudir as barras além do permitido</u>.</i></p> <p>Preserva-se o sentido essencial dessa frase caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) por mais que olhemos - submetidos a</p> <p>(B) de tanto olharmos - motivados para</p> <p>(C) quanto mais olharmos - impregnados de</p> <p>(D) tão logo olhemos - predispostos a</p> <p>(E) conquanto olhemos - condicionados em</p>	<p>12. Estão adequados o emprego e a flexão de todas formas verbais na frase:</p> <p>(A) Se as pesquisas bem realizadas sempre intervissem no comportamento das pessoas, o estudo ao qual se aplicou Johnson teria algum efeito sobre o público.</p> <p>(B) Imergem da pesquisa de Johnson alguns dados reveladores quanto à ação da TV sobre nós, mas é possível que outros fatores hajam de modo determinante sobre o nosso comportamento.</p> <p>(C) Quem revir as várias pesquisas sobre a relação entre TV e comportamento haverá de se deparar com resultados que talvez constituam motivo para algum alarme.</p> <p>(D) Jamais conviu às emissoras de TV divulgar essas pesquisas, que quase sempre as encriminam como responsáveis pela multiplicação da violência social.</p> <p>(E) Se as violências que provêm do hábito de assistir à TV se saneassem por conta de alguma regulamentação governamental, seria o caso de pedir providências às autoridades.</p>
<p>9. Está inteiramente correta a pontuação do período:</p> <p>(A) Primeiro, inventamos a literatura e em seguida o cinema, mas nenhum desses meios, teria alcançado influenciar-nos tanto como a TV.</p> <p>(B) O fato de imaginarmos que há uma dimensão além das nossas paredes, é decisivo, para que reconheçamos na TV, o poder de abrir tantas janelas.</p> <p>(C) Por mais confortável que seja, o zapping, constitui na verdade, um meio de tentar suprir com rapidez nossa fome, insaciável de imagens.</p> <p>(D) Queremos por vezes imaginar: que somos policiais ou gângsteres, mas, preferiríamos ser nós mesmos, sentirmo-nos por assim dizer completos.</p> <p>(E) O autor preocupa-se, sobretudo, com a tese de que nossa violência tem origem em nossa divisão interna, responsável maior por nossas rebeldias.</p>	

13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) Quase ninguém, entre os que se (**valer**) do controle remoto, resiste à tentação de passar velozmente por todos os canais de TV.
- (B) Se aos governantes não (**cabere**) tomar providências para regulamentar a programação de TV, a quem, então, caberá?
- (C) Se a ninguém (**preocupar**) os efeitos de se ficar colado a uma tela de TV, a todos intranqüiliza a onda crescente de violências.
- (D) Embora a cada um de nós (**afetar**) as imagens nostálgicas de um passado íntegro, passamos, na fase adulta, a nos sentir divididos.
- (E) Os que não gostam de TV jamais (**haver**) de se lamentar por terem aberto janelas sobre seus próprios devaneios.

14. É preciso **corrigir** a redação da seguinte frase:

- (A) A menos que hajam outros fatores, boa parte das violências modernas adviram pela atenção excessiva consignada à TV.
- (B) Conquanto haja outros fatores responsáveis pela expansão da violência, a responsabilidade da TV não é pequena.
- (C) Ainda que não seja a única responsável, a TV está entre as causas principais das atitudes violentas que marcam nossa sociedade.
- (D) De programas violentos da TV costuma advir alguma inspiração para atos de violência, tais como os que se multiplicam hoje em dia.
- (E) Talvez fosse o caso – para se avaliar a pesquisa de Johnson – de se estudar o comportamento de comunidades que não têm acesso à TV.

15. Considerando-se o contexto, constituem uma causa e seu efeito, nesta ordem, as ações representadas por

- (A) *número de horas / passa assistindo.*
- (B) *proclamar nossa nostalgia / renunciar à divisão constante.*
- (C) *fiqueemos no zapping / ou que paremos para sonhar.*
- (D) *A TV confirma uma idéia / que está sempre conosco.*
- (E) *insubordinação básica / muita violência moderna.*

LEGISLAÇÃO APLICADA: LEI Nº 6.123 de 20.07.68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco

16. Em virtude da revisão do processo administrativo disciplinar, foi invalidada a demissão de determinado funcionário estável, uma vez que restou comprovada sua inocência. Diante deste fato, referido servidor deverá ser, em tese,

- (A) readaptado em qualquer cargo dentro do Poder Executivo, sem direito ao recebimento das vantagens que eventualmente deixou de receber.
- (B) reintegrado ao serviço público com ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo, ou posto em disponibilidade no cargo que exercia, se não for possível a reintegração.
- (C) removido às funções anteriormente desempenhadas ou posto em disponibilidade, por até 6 (seis) meses, à critério da Administração Pública.
- (D) revertido à atividade, oportunidade em que exercerá suas atribuições na qualidade de excedente.
- (E) submetido a novo estágio probatório de 2 (dois) anos, com direito ao ressarcimento de todas as vantagens que deixou de perceber.

17. O inquérito administrativo, cujo resultado seja pena disciplinar, poderá ser revisto

- (A) a qualquer tempo, mediante requerimento do funcionário punido que demonstre fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar sua inocência.
- (B) quando o punido alegar a simples injustiça da penalidade aplicada.
- (C) dentro do prazo prescricional de até 1 (um) ano, contados do trânsito em julgado da decisão que impôs a penalidade.
- (D) de ofício, por qualquer autoridade judiciária que, dentro do prazo decadencial de 6 (seis) meses, tomar conhecimento da injustiça da penalidade.
- (E) pela autoridade que houver determinado a aplicação da pena de exoneração, desde que requerido pelo interessado.

18. No que tange à posse dos funcionários civis do Estado de Pernambuco, considere as afirmações abaixo:

- I. Não haverá posse nos casos de promoção e reintegração.
- II. Dentre outros casos, é facultado a posse por procuração, quando o nomeado estiver ausente do Estado.
- III. O decurso do prazo para a posse sem que esta se realize, importa na demissão do aprovado em concurso público.
- IV. A requerimento do interessado, o prazo para a posse poderá ser prorrogado, por justa causa, por até 180 (cento e oitenta) dias.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

19. O funcionário estável, no caso de extinção ou declaração de desnecessidade do cargo pelo Poder Executivo, será

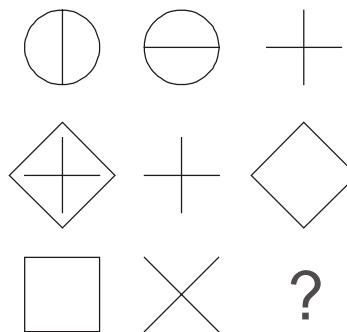
- (A) demitido, com direito a indenização calculada com base no tempo de efetivo exercício.
- (B) exonerado, sem direito a indenização relativa ao tempo de serviço.
- (C) posto em disponibilidade remunerada, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- (D) revertido para a inatividade.
- (E) readaptado em qualquer cargo dentro do mesmo órgão público.

20. É certo que, a promoção

- (A) do funcionário suspenso disciplinarmente ou do que esteja licenciado, na época da promoção, para tratar de assuntos de interesse particular, obedecerá ao critério do merecimento.
- (B) obedecerá alternadamente aos critérios do merecimento e disponibilidade do agente público.
- (C) será realizada no semestre posterior àquele em que ocorrer a vaga.
- (D) é a elevação do funcionário, em caráter efetivo, à classe imediatamente superior à que pertence na respectiva série.
- (E) por merecimento do funcionário em exercício de mandato eletivo estadual ocorrerá, obrigatoriamente, no início de cada legislatura.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

21. Considere a seqüência de figuras abaixo.



A figura que substitue corretamente a interrogação é:

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

22. Se Rasputin não tivesse existido, Lenin também não existiria. Lenin existiu. Logo,

- (A) Lenin e Rasputin não existiram.
- (B) Lenin não existiu.
- (C) Rasputin existiu.
- (D) Rasputin não existiu.
- (E) Lenin existiu.

23. Assinale a alternativa que substitui corretamente a interrogação na seguinte seqüência numérica: **8 12 24 60 ?**

- (A) 56
- (B) 68
- (C) 91
- (D) 134
- (E) 168

24. Assinale a alternativa que completa a série seguinte: **J J A S O N D ?**

- (A) J
- (B) L
- (C) M
- (D) N
- (E) O

25. Assinale a alternativa correspondente ao número de cinco dígitos no qual o quinto dígito é a metade do quarto e um quarto do terceiro dígito. O terceiro dígito é a metade do primeiro e o dobro do quarto. O segundo dígito é três vezes o quarto e tem cinco unidades a mais que o quinto.

- (A) 17942
- (B) 25742
- (C) 65384
- (D) 86421
- (E) 97463

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Atenção: Para responder às questões de números 26 a 30 considere integralmente o seguinte enunciado:

Um funcionário de um órgão judiciário é incumbido pelo supervisor, de redigir um texto que contenha aproximadamente 2000 palavras, não podendo conter erros de sintaxe ou ortográficos. O texto, composto de letras e números, deve receber cálculos feitos em determinadas células de uma planilha eletrônica, cujos resultados deverão ser preservados na planilha, devendo ser salvo para posterior recuperação. O supervisor solicita, ainda, que todo o cuidado seja tomado no caso de perda do original e também quanto ao acesso ao texto por pessoas não autorizadas. Após a conclusão, o texto deve ser encaminhado via correio eletrônico sem identificação dos destinatários. O texto também deve ser publicado em uma página Web interna da organização mas que seja somente acessado por pessoas autorizadas. Uma parte do texto solicitado deve ser obtido na Web mediante pesquisa de determinadas palavras-chave fornecidas pela chefia. Após a conclusão deverão ser tiradas vinte cópias do texto em papel timbrado do órgão que serão entregues pessoalmente pelo supervisor aos destinatários.

O ambiente operacional de computação disponível para realizar estas operações envolve o uso do MS-Windows, do MS-Office, das ferramentas Internet Explorer e de correio eletrônico, em português e em suas versões padrões mais utilizadas atualmente.

Observação: Entenda-se por mídia removível disquetes, CD's e DVD's graváveis, Pen Drives (mídia removível acoplada em portas do tipo USB) e outras funcionalmente semelhantes.

26. A determinação "não podendo conter erros de sintaxe ou ortográficos" quer dizer ao funcionário que, para auxiliá-lo nessa tarefa, ele deve

- (A) usar a Configuração automática do MS-Office contida no menu Configurar.
- (B) acionar uma função específica do MS-Word.
- (C) usar a Correção ortográfica do MS-Word acionada a partir do menu Formatar.
- (D) acionar a Configuração automática do MS-Word dentro do Windows Explorer.
- (E) acionar a Ortografia e gramática do MS-Office dentro do Windows Explorer.

27. O acesso por pessoas não autorizadas é um forte indicativo para que

- (A) seja usada uma senha de proteção na gravação do arquivo.
- (B) o Windows Explorer não permita leitura, mas somente gravação de arquivos.
- (C) o arquivo seja gravado em pasta não compartilhável.
- (D) backups diários do arquivo sejam realizados.
- (E) o arquivo seja gravado somente em mídia removível.

28. Ao salvar o arquivo que contém o texto, o Windows Explorer

- (A) não tem como reconhecer o seu tamanho.
- (B) irá classificá-lo com Tamanho e Tipo mas não com Data de modificação.
- (C) não tem como classificar o seu tipo.
- (D) somente poderá identificar o seu tipo.
- (E) irá classificá-lo com Tamanho, Tipo e Data de modificação.

29. Alternativamente, o salvamento do arquivo pelo editor de textos poderá

- (A) ser feito na RAM.
- (B) ser realizado na EPROM.
- (C) ocorrer tanto no disco rígido quanto em uma mídia removível.
- (D) ser realizado diretamente em um slot da placa-mãe.
- (E) ser realizado na ROM.

30. Após a conclusão, o texto deve ser encaminhado via correio eletrônico sem identificação dos destinatários. Portanto, deverá ser utilizado o campo

- (A) "Para" do navegador.
- (B) "Cc" da ferramenta de correio eletrônico.
- (C) "Para" da ferramenta de correio eletrônico.
- (D) "Cco" da ferramenta de correio eletrônico.
- (E) "Cco" do navegador.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Ao estabelecer os fins da educação, opta-se por um modelo, ao mesmo tempo, de homem e de sociedade. Essa escolha não é abstrata e atemporal. Há tantas escolhas possíveis quanto classes e grupos em conflito, pois a determinação dos fins pedagógicos exprime esses conflitos.

Essa afirmação coloca em primeiro plano, a função

- (A) reparadora da educação.
- (B) integradora da educação.
- (C) social da educação.
- (D) neutralizadora da educação.
- (E) conciliadora da educação.

32. (...) A concepção de conhecimento não é metafísica, porque não pressupõe que os conhecimentos (e, neles, as verdades) venham de outro mundo, mas compreende que sejam produzidos neste mundo pelos próprios humanos. (...) Assim, as verdades são não apenas históricas, são também sociais, porque as relações com o mundo são sociais.

Neste raciocínio, as "verdades" são consideradas

- (A) imutáveis.
- (B) descobertas científicas.
- (C) científicas e permanentes.
- (D) construções culturais.
- (E) invenções individuais.

33. Uma mesma compreensão da prática educativa, uma mesma metodologia de trabalho, não operam necessariamente de forma idêntica em contextos diferentes. (Paulo Freire)

Conceber a metodologia nesta perspectiva pressupõe

- (A) utilizar sempre métodos inovadores.
- (B) improvisar no cotidiano a partir da realidade vivida.
- (C) transplantar experiências bem sucedidas.
- (D) adequar o contexto aos objetivos propostos.
- (E) reinventar as experiências a partir dos desafios do contexto.

34. Pode-se afirmar que as tendências pedagógicas progressistas compartilham o pressuposto de que os saberes e as práticas educativas devem

- (A) partir de uma análise crítica das realidades sociais.
- (B) desenvolver as aptidões dos indivíduos para o desempenho de papéis sociais.
- (C) considerar a atividade do educando como base da relação educativa.
- (D) respeitar os saberes do educando em oposição à interferência do adulto.
- (E) priorizar a transmissão dos conteúdos.

35. A tarefa do educador não é, simplesmente, a de consumir desejos já existentes, mas de mostrar que vale a pena desejar, de tal modo que se crie novos desejos e se estimule novos interesses.

Essa afirmação critica o papel do educador na concepção

- (A) sócio-construtivista.
- (B) espontaneísta.
- (C) libertadora.
- (D) reprodutivista.
- (E) das inteligências múltiplas.

36. Os educadores, em seu fazer diário, preocupam-se em demasia com métodos e técnicas em um verdadeiro endeusamento dessas questões, como se a educação pudesse melhorar apenas a partir da metodologia de ensino.

A afirmação acima nos chama atenção para a importância de se

- (A) buscar bases conceituais que respaldem e sustentem as metodologias utilizadas na prática educativa.
- (B) pesquisar cuidadosamente técnicas e metodologias mais atuais que contemplem a motivação dos orientandos.
- (C) dinamizar as práticas educativas a partir de atividades significativas para todos os orientandos.
- (D) procurar o interesse prático dos orientandos para então escolher a técnica mais adequada a ser desenvolvida.
- (E) preparar melhor as técnicas educativas para que os orientandos assimilem com maior facilidade o conhecimento ensinado.

37. Numa concepção de Educação Inclusiva, a realização de projetos educativos exige a compreensão de que as pessoas são diferentes umas das outras e, por isso, a necessidade de

- (A) realizar métodos de controle das ações indesejáveis das crianças ou adolescentes, visando um comportamento social adequado, portanto, inclusivo à sociedade.
- (B) desenvolver atividades esportivas para canalizar as ações agressivas e inadequadas dos diversos membros do grupo.
- (C) inserir técnicas de participação espontânea que levem cada membro do grupo a se rever e mudar seu comportamento diante da sociedade.
- (D) implantar normas de convivência em que o educando possa aprender a se comportar de acordo com as regras sociais permitidas pela instituição educacional.
- (E) criar condições para que todos se sintam pertencentes ao grupo, de maneira a serem respeitados e reconhecidos em suas várias formas de pensar e agir.

38. Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima pra baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles.

Esta afirmação explicita a importância do

- (A) saber do educador em seu trabalho de orientação aos adolescentes e às crianças.
- (B) reconhecimento às diferenças culturais apresentadas pelas crianças e adolescentes.
- (C) acompanhamento que deve ser realizado junto às crianças e aos adolescentes.
- (D) diagnóstico dos problemas enfrentados pelos jovens e a função da escuta.
- (E) trabalho de aconselhamento por meio do diálogo franco e aberto.

<p>39. <i>A cultura escolar, historicamente, configurou-se na ênfase da questão da igualdade, o que significou, na prática, a afirmação da hegemonia da cultura ocidental européia e a ausência no currículo e em outras práticas educativa, de outras vozes, particularmente referidas às culturas originárias do Continente, à cultura negra e de outros grupos étnicos marginalizados de nossa sociedade.</i></p> <p>Problematizar esta questão evitando generalizações sobre um hipotético conhecimento universal, pode significar o ponto de partida fundamental para a</p> <p>(A) conquista do direito à educação e a permanência do aluno na escola.</p> <p>(B) conquista de uma escola realmente democrática.</p> <p>(C) construção plural de um currículo.</p> <p>(D) participação efetiva do aluno na organização geral da escola.</p> <p>(E) valorização dos profissionais do ensino.</p>	<p>42. <i>Mas é preciso, sublinho, que o educador, permanecendo e amorosamente cumprindo o seu dever, não deixe de lutar politicamente, por seus direitos e pelo respeito à dignidade de sua tarefa, assim como pelo zelo devido ao espaço pedagógico em que atua...</i> (Paulo Freire)</p> <p>Para compreender as dimensões educativas de sua ação e realizá-las com competência, o pedagogo, em seu processo de formação continuada, deverá</p> <p>(A) estudar as novas teorias do conhecimento e da psicologia do desenvolvimento para que o aprendizado de seus orientandos se realize de forma efetiva.</p> <p>(B) obter os conhecimentos teóricos necessários para atuar de forma eficiente para que seus orientandos adquiram o maior número de conhecimentos possíveis.</p>
<p>40. Há consenso entre os especialistas de educação de que a maneira pela qual se organizam os conteúdos e as disciplinas escolares limita a expansão do direito à educação básica. Tal organização resulta</p> <p>(A) da ênfase nos aspectos cognitivos em detrimento do necessário foco nos conteúdos.</p> <p>(B) do incentivo à interdisciplinaridade que, contraditoriamente, reforçou a importância das disciplinas.</p> <p>(C) do incentivo ao desenvolvimento das competências e das habilidades propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, em especial em relação às disciplinas das ciências exatas.</p> <p>(D) da repetição, no currículo escolar, da divisão dos saberes originária das ciências modernas e não das características e necessidades próprias da infância e da adolescência.</p> <p>(E) da ênfase nos resultados obtidos em avaliações nacionais externas tipo “SAEB” ou “Prova Brasil”.</p>	<p>(C) empenhar-se para atualizar seus conhecimentos técnicos e metodológicos para conseguir realizar sua ação educativa de forma mais significativa.</p> <p>(D) apropriar-se das diferentes formas de interpretação da realidade em que atua e intervir nas práticas no sentido da transformação da realidade.</p> <p>(E) buscar a troca de experiência entre seus colegas de trabalho e procurar experiências alternativas para planejar suas atividades.</p>
<p>41. O grupo não pode abrir mão de ouvir os diferentes sujeitos. É necessário conhecer as pessoas, senti-las e compreendê-las, deixando emergir as divergências e os conflitos, não os negando, mas criando condições para que todos se sintam pertencendo ao grupo.</p> <p>Cabe à ação supervisora</p> <p>(A) participar coletivamente da construção de alternativas que articule a educação aos demais processos de desenvolvimento e consolidação de relações sociais democráticas.</p> <p>(B) organizar seu trabalho em cada instituição educacional por meio de criterioso acompanhamento administrativo junto à direção.</p> <p>(C) procurar não intervir no trabalho coletivo da instituição educacional, para que a Equipe Técnica conquiste sua autonomia.</p> <p>(D) organizar o trabalho de cada profissional da unidade educacional, para que todos possam atuar de forma harmoniosa e eficiente.</p> <p>(E) orientar a direção da instituição educacional na difícil tarefa de constituição de espaços grupais e de definir os papéis que cada funcionário deve desempenhar na escola.</p>	<p>43. Numa concepção crítica de educação, faz parte da elaboração de um Projeto Político-Pedagógico:</p> <p>(A) diagnosticar a capacidade intelectual de cada membro do grupo, visando desenvolver as ações educativas a quem tem possibilidade de sucesso de aprendizagem e respectiva inserção na vida produtiva da sociedade.</p> <p>(B) perceber o potencial cognitivo das várias crianças e/ou adolescentes para, assim, poder melhor preparar atividades de recuperação sócio-educativa aos educandos com déficit intelectual.</p> <p>(C) fazer um levantamento das condições sócio-econômicas das crianças e adolescentes para analisar o grau de carência cultural existente, visando uma ação educativa corretiva que supere as dificuldades sociais, culturais, cognitivas, de interação e de comunicação.</p> <p>(D) reconhecer, no grupo de crianças ou adolescentes a que se destina a ação sócio-educativa, as pessoas que têm capacidade de se ajustar às normas e regras sociais de qualquer tipo de grupo de convivência, para poder direcionar o projeto a este segmento do grupo.</p> <p>(E) conhecer e reconhecer os vários saberes existentes das crianças ou adolescentes a quem este se destina, assim como refletir as questões relativas ao cotidiano deles e suas subjetividades, explorando a diversidade cultural e social, enquanto elementos que favoreçam as ações educativas.</p>

<p>44. As dimensões política, social e cultural do Projeto Pedagógico se traduzem pela explicitação dos principais problemas de cada instituição educacional, pela proposição de soluções e definição de responsabilidades coletivas e individuais na superação desses problemas.</p> <p>Nesse sentido, a elaboração do Projeto Pedagógico, se constitui em</p> <p>(A) solução para se obter o ensino de qualidade.</p> <p>(B) um exercício de autonomia escolar.</p> <p>(C) momento privilegiado de avaliação das competências profissionais dos educadores.</p> <p>(D) responsabilidade principal da equipe técnica.</p> <p>(E) discussão coletiva dos conhecimentos a serem refletidos.</p>	<p>47. <i>Na prática, o planejamento ainda tem-se reduzido à atividade em que se preenche um formulário (...) É preciso assumir que é possível e desejável superar os entraves colocados pelo tradicional formulário, previamente traçado, fotocopiado ou impresso, onde são delimitados centímetros quadrados para se registrar os “objetivos, conteúdos, estratégias e avaliação”.</i></p> <p>O texto acima faz uma análise crítica a uma tendência</p> <p>(A) tecnicista, em que se concebe o planejamento como ação mecânica e burocrática.</p> <p>(B) tradicional de planejamento, onde o especialista é o responsável por esta ação.</p> <p>(C) conservadora de planejamento, em que se exige a presença dos objetivos do projeto.</p> <p>(D) liberal, em que se desconsidera a necessidade do item “avaliação”, no planejamento.</p> <p>(E) progressista, em que os membros de um grupo têm direito à participação.</p>
<p>45. A democratização da gestão escolar pressupõe a participação da comunidade no que concerne à</p> <p>(A) execução das ações planejadas pelos Administradores e Especialistas em relação aos projetos destinados à coletividade.</p> <p>(B) verificação da atuação dos Especialistas na elaboração dos projetos educativos.</p> <p>(C) formulação da política de educação, acompanhamento de sua execução, através dos mecanismos institucionais e avaliação da mesma.</p> <p>(D) análise da competência técnica dos Gestores para decidir e realizar o Projeto Político-Pedagógico da escola.</p> <p>(E) definição dos objetivos de interesse popular para que os Dirigentes possam planejá-los e executá-los.</p>	<p>48. <i>Diariamente uma equipe com 50 policiais percorre as 187 escolas estaduais da cidade realizando revistas nos alunos ou promovendo palestras sobre a criminalidade entre os estudantes (...) Os alunos põem seu material escolar em cima da carteira. Os policiais passam abrindo as malas e revirando cadernos. Depois, os estudantes são revistados...</i></p> <p>Este fato verídico contraria o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) no que diz respeito ao direito</p> <p>(A) à informação, cultura, lazer, esporte, diversões, espetáculos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em liberdade.</p> <p>(B) ao respeito, que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade (...) dos espaços e objetos pessoais.</p> <p>(C) à programas sociais de recuperação, que tenham por base o trabalho social, sob responsabilidade da escola ou Entidade Não Governamental sem fins lucrativos, visando assegurar ao adolescente participação em condições de igualdade com os jovens não infratores.</p> <p>(D) à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, respeitada a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a não ser que o mesmo se encontre em situação específica de delito cometido intencionalmente.</p> <p>(E) ao desenvolvimento de currículos, metodologia, didática e avaliação próprios, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental, em razão de maus tratos ou constrangimentos sofridos.</p>
<p>46. O princípio da Gestão Democrática não se esgota em atos isolados de participação da comunidade escolar, mas ela se consubstancia quando se</p> <p>(A) delega à Coordenação Pedagógica da Instituição, a organização do seu currículo, tendo como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) necessários à educação de qualidade.</p> <p>(B) apresenta uma direção competente, que atenda às necessidades do corpo docente e organize um planejamento adequado à estrutura da Instituição Educacional.</p> <p>(C) realizam práticas democráticas sistemáticas com os educandos, pais, educadores, funcionários e com a comunidade que a cerca.</p> <p>(D) desenvolve a formação dos cidadãos, especialmente nos dias de comemorações históricas e nas necessárias lições de educação cívica, que traduzam uma liberdade responsável.</p> <p>(E) fornecem condições reais para a elaboração do currículo, pautado nos interesses da comunidade e, em particular, nos dos grupos sociais mais pobres.</p>	

<p>49. Cada indivíduo, dotado de disposições internas, constrói seus esquemas de representação e de atuação a partir dos esquemas de interpretação e ação legitimados em sua comunidade cultural.</p> <p>Esta afirmação condiz com a teoria de aprendizagem</p> <p>(A) comportamentalista. (B) idealista. (C) mecanicista. (D) interacionista. (E) empirista.</p>	<p>53. O acesso ao ensino fundamental no Brasil é considerado direito público subjetivo porque</p> <p>(A) esta etapa de ensino deverá atender todos os grupos sociais que compõem as diversidades étnico-culturais brasileiras, oferecendo bolsa de aprendizagem aos maiores de quatorze anos. (B) os sistemas públicos de ensino deverão oferecer oportunidades variadas para todos os alunos, independente de suas aptidões individuais. (C) o Poder Público garantirá bolsa de estudo a todo estudante que comprovar não ter sido matriculado na escola pública mais perto de sua residência. (D) qualquer cidadão, organização sindical, entidade de classe ou o Ministério Público pode acionar o Poder Público para exigí-lo. (E) os pais ou responsáveis decidem se a criança vai ou não frequentar esta etapa de ensino, podendo a mesma ser realizada em ambiente doméstico se eles assim o desejarem.</p>
<p>50. Os PCNs não restringiram as temáticas sociais à abordagem de uma única área curricular, não só pela importância inegável que têm na formação dos alunos, mas também para que fossem contempladas na sua complexidade. Assim, as questões sobre Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual são tratadas como</p> <p>(A) Disciplinas Obrigatórias. (B) Núcleo Comum. (C) Núcleo Optativo das Escolas. (D) Questões da Atualidade. (E) Temas Transversais.</p>	<p>54. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no artigo 100, ao se referir às medidas específicas de proteção às crianças e adolescentes, prioriza ações pedagógicas que</p> <p>(A) focalizem a integração e adaptação ao meio social. (B) conciliem as punições e as aprendizagens de condutas adequadas. (C) desenvolvam a autonomia das crianças e adolescentes em relação às suas famílias. (D) enfatizem as aprendizagens de conteúdos escolares. (E) busquem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.</p>
<p>51. Pode-se afirmar que uma avaliação educacional foi adequada, se as estratégias adotadas referiam-se, sempre,</p> <p>(A) aos objetivos educacionais propostos. (B) aos instrumentos e técnicas adotadas no processo. (C) às etapas escolhidas para essa realização. (D) ao número de alunos reprovados e aprovados, ao final de cada etapa da aprendizagem. (E) ao número de respostas corretas aos diferentes itens da avaliação de múltipla escolha.</p>	<p>55. Ao mesmo tempo em que as pessoas se propõem a colaborar na constituição de grupos, reconhecendo o direito do outro e a necessidade de respeitá-lo, garantindo o espaço de todos, pode-se perceber que também há formas de agir</p> <p>I. extremamente individualistas e/ou competitivas, que negam a participação de um ou mais integrante do grupo. II. que se propõem a excluir pessoas do grupo, de forma inconsciente ou habilmente dissimulada e intencional. III. preconceituosas e discriminadoras que favorecem comportamentos agressivos e utilizando-se, por vezes, de violência simbólica. IV. que confirmam ser impossível a formação de grupos solidários, numa sociedade competitiva.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) I, II e III. (D) III e IV. (E) II, III e IV.</p>
<p>52. A avaliação, entendida como um processo, tem por objetivo melhorar a ação educativa e não, apenas, medir resultados (...) Ninguém melhor do que os próprios envolvidos para dizer o que precisa ser mudado e como isto pode ser feito. Ou seja, os procedimentos utilizados em uma avaliação devem ser próprios à proposta educativa, considerando, portanto suas especificidades.</p> <p>Uma proposta de auto-avaliação, num projeto educativo, tem como pressuposto</p> <p>(A) ser a alternativa de avaliar a prática educativa quando não há realização de provas. (B) a crença na capacidade do grupo de resolver seus próprios problemas. (C) ser a única possibilidade de avaliar a aprendizagem, quando não há exigência de notas e controles externos pelo sistema de ensino. (D) a negação da participação autoritária da Coordenação do Projeto no acompanhamento educativo. (E) a não necessidade de quantificar os conhecimentos aprendidos e, sim, a formação geral realizada.</p>	

<p>56. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), no artigo 14, determina que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. II. adoção de orientação única a todos os estabelecimentos da rede de ensino visando à avaliação de sua adequação. III. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. IV. distribuição por séries anuais, dos conteúdos previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais para cada estágio de desenvolvimento infantil. <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) I e II. (B) I e III. (C) I, II e IV. (D) II e III. (E) II e IV. 	<p>58. O Direito da Criança e do Adolescente, estruturado a partir do paradigma internacional dos Direitos Humanos da Criança, encontra-se consolidado nos artigos 227 e 228 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, prevendo, dentre outras formas de proteção,</p> <ul style="list-style-type: none"> I. colocação da criança e do adolescente a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. II. exigência de idade mínima de doze anos para admissão ao trabalho, na condição de aprendiz. III. garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola. IV. obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade V. punição severa ao abuso, à violência e à exploração sexual da criança e do adolescente. <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) I, II e III. (B) I, III e IV. (C) II, IV e V. (D) II, III, IV e V. (E) I, III, IV e V.
<p>57. De acordo com o ECA – Seção V – da Liberdade Assistida, artigo 119 – cabe ao orientador, mediante o apoio e a supervisão da autoridade competente, os seguintes encargos, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social. II. Apresentar relatório do caso. III. Avaliar as competências intelectuais dos adolescentes em relação ao desempenho escolar. IV. Ajudar o adolescente no trabalho escolar. V. Supervisionar a freqüência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula. VI. Diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho. <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) III, IV, V e VI. (B) II, III, IV e VI. (C) I, III, IV e V. (D) I, II, V, VI. (E) I, II, III e V. 	<p>59. De acordo com o ECA, artigo 124, as entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação, entre outras, de</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) propiciar escolarização e profissionalização, assim como, atividades culturais, esportivas e de lazer. (B) restringir direitos aos adolescentes de acordo com o comportamento apresentado na Instituição. (C) manter a ordem e a disciplina a partir de medidas sócio-educativas que se destinem à reintegração do interno na sociedade. (D) proporcionar visitas quinzenais, dos familiares e amigos, às crianças e aos adolescentes bem comportados. (E) oferecer atividades educacionais religiosas de acordo com a opção religiosa da instituição mantenedora. <p>60. De acordo com o ECA, cabe ao Poder Judiciário prever</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) parcerias com Entidades da Sociedade Civil Organizada, no trabalho de liberdade assistida. (B) parcerias entre o Poder Judiciário, a Vara da Infância e da Juventude e o Ministério Público em todos os projetos sócio-educativos. (C) recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Adolescência. (D) projetos sócio-educativos, em cada Estado, para crianças e adolescentes de auto-risco. (E) infraestrutura adequada para realização de projetos em parceria entre Municípios, Estados e União.